



RESPOSTA AO DOCUMENTO DA ONU MULHERES

«Nota Técnica – As visitas não oficiais da Relatora Especial da ONU, Reem Alsalem, à América Latina (Brasil, Colômbia e México) em 2026»

O objetivo deste documento é esclarecer a desinformação divulgada por um chamado «Informe Técnico» distribuído pela ONU Mulheres, intitulado «As visitas não oficiais da Relatora Especial da ONU Reem Alsalem à América Latina (Brasil, Colômbia e México) em 2026», relativo à visita da Relatora Especial sobre a Violência contra as Mulheres e as Raparigas (SR VAW) ao Brasil, em março de 2026 (ANEXO 1).

A MATRIA é mencionada nominalmente neste documento, cujo foco recai principalmente sobre o Brasil (13 650 caracteres dedicados ao país, contra 2 753 caracteres dedicados à visita ao México e 4 025 à visita à Colômbia). Uma análise dos metadados incorporados no documento, utilizando as propriedades do documento do Microsoft Word, identifica «Maria Eduarda Borba Dantas» como a autora original (Criadora) do documento. O documento a que tivemos acesso indica que foi «atualizado pela última vez em 21 de maio de 2026», enquanto a Sra. Borba Dantas ainda trabalhava para a ONU Mulheres Brasil¹. Na sua conta do LinkedIn, a Sra. Borba Dantas destaca o seu ativismo «pelos direitos humanos, igualdade de gênero, raça e etnia, e pelos direitos das comunidades LGBTQIAPN+» e o seu nome é frequentemente associado a eventos centrados em questões e grupos trans².

O documento informativo começa por alegar que a Sra. Reem Alsalem realizou «visitas não oficiais» aos três países, insinuando que qualquer visita que não fosse realizada no âmbito de uma visita ao país ou que não resultasse num relatório oficial constituiria uma espécie de violação dos protocolos. Embora não seja o foco principal deste texto, sentimo-nos, no entanto, na obrigação de salientar que as visitas académicas constituem um mecanismo existente para os Relatores Especiais, sendo utilizadas por outros titulares de mandatos³, e que a visita da Sra. Alsalem ao Brasil seguiu o protocolo de informar oficialmente as nossas autoridades diplomáticas sobre a visita, o seu objetivo e as partes interessadas com quem ela pretendia interagir.

A MATRIA solicitou uma cópia desses documentos através de um pedido de acesso à informação⁴, tendo constatado que o Sr. Tovar Da Silva Nunes, Representante Permanente da

¹ <https://www.linkedin.com/in/maria-eduarda-borba-dantas-9760a7243/>

² <https://antrabrazil.org/2025/10/05/antra-minmulheres-lancam-guia-dignidade-cidadania-direitos-trans/>
<https://www.instagram.com/p/DJopeBuu6HN/>
<https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2020/08/16.-ONUBR-Cartilha-P%C3%A1ginas-Trans.pdf>

³ https://srdefenders.org/information/academic-visit-to-angola-south-africa-and-ghana/?utm_source=chatgpt.com

⁴ <https://buscalai.cgu.gov.br/busca/10479517>



Missão Permanente do Brasil junto do Escritório das Nações Unidas e de outras organizações internacionais em Genebra, foi informado da visita a 10 de fevereiro de 2026. Os documentos revelam ainda que o Ministério dos Negócios Estrangeiros encaminhou, a 25 de fevereiro, os pedidos de reunião da Relatora Especial para o Ministério da Mulher (Sra. Márcia Lopes), o Procurador-Geral (Sr. Paulo Gonet), a Primeira-Dama do país (Sra. Rosângela Lula da Silva) e o Presidente do Supremo Tribunal Federal (Sr. Edson Fachin). De acordo com os documentos enviados, a única resposta, recusando a reunião, veio do Gabinete da Primeira-Dama.

Antes de nos debruçarmos sobre as inúmeras imprecisões relativas à situação brasileira e ao papel de Reem Alsalem na mesma, é da maior importância destacar um parágrafo que, logo na introdução do documento, revela o quão tendencioso é o Relatório da ONU Mulheres:

Ao longo da última década, a América Latina assistiu ao rápido crescimento de movimentos anti-género coordenados. Frequentemente enraizados em instituições católicas e evangélicas ultraconservadoras, partidos políticos de extrema-direita e organizações transnacionais de defesa jurídica, estes atores mobilizam a oposição às políticas de igualdade de género, aos direitos sexuais e reprodutivos e ao reconhecimento da identidade de género. O discurso anti-género tem sido enquadrado como uma defesa da «família», do «sexo biológico» e da «segurança das mulheres», ao mesmo tempo que retrata o feminismo e os direitos LGBTQIA+ como ameaças existenciais à democracia e à ordem social.

As autoras do documento informativo e quem o divulgou no seio da ONU Mulheres sabem perfeitamente que, nos três países que supostamente analisam, são as mulheres e os grupos feministas que estão na vanguarda dos desafios à substituição do sexo como categoria jurídica pela identidade de género. É o caso dos muitos grupos de mulheres brasileiras que serão mencionados nas páginas seguintes. Embora a MATRIA não se defina como feminista, uma vez que aceitamos como membros qualquer mulher que concorde com os nossos princípios, as fundadoras do grupo são feministas e a maioria das suas 453 associadas também o é⁵.

O documento inverte os factos ao argumentar que «atores conservadores e de extrema-direita» estariam a implementar uma «apropriação estratégica de espaços simbólicos feministas», quando o que temos visto há mais de uma década no Brasil são feministas a lutar contra a apropriação muito concreta dos nossos espaços e direitos reais por indivíduos do sexo masculino que se autodeclaram com uma identidade de género feminina.

Ao longo do documento, aqueles que supostamente falam em nome da ONU Mulheres são, na melhor das hipóteses, dissimulados, utilizando termos polissémicos (ou francamente inventados) sem os explicar, retratando as suas opiniões como uma verdade absoluta ou um consenso,

⁵ https://www.instagram.com/p/DSurxMNEQXi/?img_index=11

Em julho de 2026, apenas 11% dos nossos membros afirmavam ter tendências políticas de direita.



mencionando repetidamente a «sociedade civil» ou as «partes interessadas» ao referirem-se a um grupo muito limitado de atores que partilham todos o mesmo ponto de vista e baseando-se quase exclusivamente em publicações produzidas por um pequeno grupo de atores estreitamente afiliados (Sexuality Policy Watch⁶ e ANTRA⁷) para supostamente provar qual seria a opinião de um continente inteiro sobre temas tão controversos como os conflitos entre os direitos das mulheres e as reivindicações baseadas na ideia de identidade de género.

Ao excluir da narrativa os diversos grupos de mulheres brasileiros e latino-americanos que, há muitos anos, se opõem consistentemente ao apagamento do sexo nas políticas públicas e na legislação, a ONU Mulheres está a falhar na sua missão, ao não ter em conta as opiniões e preocupações de uma parte significativa das mulheres no Brasil e no mundo. Conforme comprovado por uma sondagem de opinião encomendada pela MATRIA no final de 2024, cerca de 80% da população rejeita a inclusão de indivíduos que se autoidentificam como homens em espaços e políticas destinados às mulheres, um número que dificilmente pode ser atribuído à «extrema-direita»⁸. Parece ser, pelo contrário, o que a verdadeira «sociedade civil» pensa sobre o assunto.

Na mesma linha, vale a pena referir que, ao afirmar que as posições da Relatora Especial «divergem dos Princípios de Yogyakarta e das normas estabelecidas pela ONU», o link mencionado, em vez de apresentar provas para sustentar essa alegação, remete para um manifesto redigido por uma organização da sociedade civil⁹, assinado por 551 grupos e 843 indivíduos. No entanto, não reconhece que, em resposta a isso, foi publicada uma carta¹⁰ em apoio ao trabalho da Sra. Alsalem, com um número ainda maior de assinaturas, tanto de grupos (781) como de indivíduos (2 658).

Assim, o documento informativo que é objeto do presente texto não é apenas um ataque difamatório a Reem Alsalem, mas também um testemunho do fracasso da ONU Mulheres em ter em consideração diferentes pontos de vista no seio do grupo que supostamente representa (as mulheres). Uma análise tão simplista de uma questão complexa num país tão complexo como o Brasil reflete negativamente sobre uma organização que se supõe capaz de abordar questões multidimensionais.

INTERAÇÕES ANTERIORES ENTRE A REPRESENTANTE ESPECIAL PARA A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E AS AUTORIDADES NACIONAIS

⁶ <https://sxpolitics.org/ptbr/sobre-spw>

⁷ <https://antrabrazil.org/>

⁸ <https://associacaomatria.com/opinioes-dos-eleitores-brasileiros-sobre-autoidentificacao-de-genero/>

⁹ <https://www.awid.org/news-and-analysis/nao-ha-lugar-para-agendas-anti-trans-na-onu>

¹⁰ <https://sex-matters.org/wp-content/uploads/2023/06/Open-letter-Let-the-UN-Special-Rapporteur-on-VAWG-Deliver-her-Mandate-21-June-2023.pdf>



A MATRIA – Mulheres Associadas, Mães e Trabalhadoras do Brasil é um grupo apartidário de defesa dos direitos das mulheres, criado em 2023. Uma das nossas primeiras iniciativas foi responder ao apelo à apresentação de contributos¹¹ lançado pela Relatora Especial sobre a Violência contra as Mulheres e as Raparigas, Reem Alsalem, no âmbito da preparação da sua visita oficial ao Brasil, agendada para 31 de julho a 10 de agosto desse mesmo ano.

A Relatora Especial era então bem conhecida dos grupos de mulheres do Brasil pelo seu forte apoio à revogação da Lei da Alienação Parental, uma lei que tem prejudicado milhares de mães e os seus filhos no país desde 2014. Muitos grupos, tais como o Mães na Luta¹², a CPI Voz Materna¹³ e a Sangra Coletiva¹⁴, concentram-se na revogação desta lei, que é também um dos principais objetivos da MATRIA¹⁵.

Em 2020, a CPI Voz Materna apresentou uma denúncia à CEDAW relativamente à existência da Lei da Alienação Parental no Brasil. A denúncia foi aceite, tendo o grupo posteriormente enviado um Relatório Paralelo à ONU sobre o tema em 2021, e o governo brasileiro foi oficialmente questionado sobre esta matéria.

Reem Alsalem lançou também um apelo às mães para que enviassem relatos dos seus casos de violação de direitos ao abrigo da Lei da Alienação Parental em 2022, tendo posteriormente realizado duas reuniões online com mães brasileiras, antes de publicar, em abril de 2023, um relatório que abordava a questão e instava os Estados a «proibir o recurso à alienação parental ou a pseudoconceitos relacionados em processos de direito da família, bem como o recurso aos chamados peritos em alienação parental e pseudoconceitos relacionados»¹⁶.

Em novembro de 2022, a Sra. Alsalem enviou uma carta ao recém-eleito governo de Lula, instando o país a revogar a Lei da Alienação Parental¹⁷ e foi com grande esperança que os grupos organizados de mulheres tomaram conhecimento da sua visita oficial ao país, remarcada pelo governo de Lula, depois de a própria Relatora ter cancelado uma visita oficial que deveria ter ocorrido durante o governo de Jair Bolsonaro. A carta ficou sem resposta.

¹¹ <https://www.ohchr.org/en/calls-for-input/2023/call-inputs-country-visit-brazil>

¹² <https://www.maesnaluta.org.br/>

¹³ <https://www.instagram.com/cpivozmaterna2017/>

¹⁴ <https://www.instagram.com/sangracoletiva/>

¹⁵ <https://associacaomatria.com/declaracao/>

¹⁶ <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/ahrc5336-custody-violence-against-women-and-violence-against-children>

¹⁷ <https://www.ohchr.org/en/statements-and-speeches/2022/11/brazil-un-experts-urge-new-government-target-violence-against-women>



Foi com espanto que ficámos a saber, através de uma publicação nas redes sociais da Sra. Alsalem¹⁸, que a sua visita tinha sido «adiada» pelo governo brasileiro alguns dias antes do seu início, sem qualquer explicação. Tanto a MATRIA como outros grupos de mulheres contactaram o Ministério da Mulher através dos canais oficiais, solicitando uma explicação e uma nova data para a visita, sem sucesso¹⁹. A MATRIA fez o mesmo junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros²⁰, recebendo a mesma resposta, segundo a qual a visita tinha sido adiada devido a restrições de agenda do governo brasileiro, sem que houvesse ainda uma nova data.

Em novembro de 2023, o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, um órgão consultivo composto por representantes do governo federal e da sociedade civil, publicou oficialmente uma Declaração sobre as posições das Reladoras²¹, manifestando «a sua profunda preocupação com a instrumentalização do mandato da Relatora Especial da ONU sobre a Violência contra as Mulheres e as Raparigas, Reem Alsalem, e pela adoção de posições alinhadas com as defendidas pela extrema-direita e por grupos sociais radicais que flertam com a transfobia e a demonização dos corpos e identidades trans.» As suas preocupações são claramente expressas mais adiante no texto: «Em mais de uma ocasião, a Relatora Especial propôs e defendeu políticas para proteger mulheres e raparigas “com base no sexo”, bem como a criação de “espaços segregados por sexo” e a imposição de várias barreiras à autodeterminação de género.» Esta declaração está disponível num site governamental, representando um ataque institucional à Sra. Alsalem.

A 7 de maio de 2024, a influenciadora do Instagram Nine Borges publicou²² um áudio divulgado por Maria Luisa (Malu) Aquino, assessora de Cida Gonçalves, então Ministra da Mulher, explicando aos seus aliados a verdadeira razão por trás do cancelamento da visita oficial de Reem Alsalem ao Brasil. A MATRIA legendou a publicação original da Sra. Borges em inglês²³, onde se pode ouvir a Sra. Aquino a dizer que, sendo membro da ONU, o Brasil não pode recusar-se oficialmente a receber uma Relatora Especial, mas que a Ministra da Mulher decidiu «adiar» a visita depois de ativistas trans a terem alertado de que a Sra. Alsalem tinha «retweetado» na sua conta pessoal publicações de uma conta que a Sra. Aquino descreve como de extrema-

¹⁸ <https://x.com/UNSRVAW/status/1679797340578750465>

¹⁹ Algumas dessas investigações, realizadas por grupos feministas como Raízes Feministas, Correnteza Feminista, SOMA - Sociedade Matriarcal, por grupos de mulheres como a MATRIA e outros, podem ser consultadas aqui:

<https://buscalai.cgu.gov.br/busca/6020620>

<https://buscalai.cgu.gov.br/busca/6407642>

<https://buscalai.cgu.gov.br/busca/6015830>

<https://buscalai.cgu.gov.br/busca/6407642>

<https://buscalai.cgu.gov.br/busca/6467190>

²⁰ <https://buscalai.cgu.gov.br/busca/6015760>

²¹ <https://www.gov.br/participamaisbrasil/nota-sobre-o-posicionamento-da-relatora-da-onu>

²² <https://www.instagram.com/p/C6rwyHUtYQU/?hl=en>

²³ <https://www.instagram.com/reels/C6y6JZ1oiya/>



direita, defendendo um discurso «antitrans» sob o pretexto da proteção da liberdade de expressão.

Esta assessora afirmou ainda que a visita se apresentava disfarçada como «uma relatora para as questões da mulher a trabalhar sobre a Lei da Alienação Parental».

Numa entrevista à 4W²⁴, representantes da CPI Voz Materna, um dos principais grupos que lutam contra a Lei da Alienação Parental, contestam as alegações de que a visita da Relatora Especial tenha usado o tema como um «disfarce», enumerando as interações do grupo tanto com o Comité CEDAW como com a Sra. Alsalem sobre esta questão ao longo dos anos, incluindo reuniões online entre as Reladoras e mães brasileiras afetadas por esta lei.

À luz das acusações feitas tanto pelo assessor da Ministra da Mulher como pelo Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, é interessante destacar os temas que a Relatora Especial indicou serem de interesse para a sua visita ao país²⁵ (ênfase acrescentada), incluindo tanto as «mulheres trans» como o direito ao aborto entre as suas preocupações, em clara contradição com uma agenda de «extrema-direita»:

Embora todas as contribuições sejam bem-vindas e os temas abaixo não pretendam ser exaustivos, a Relatora Especial está particularmente interessada em receber informações sobre o seguinte:

- *Quadros jurídicos, institucionais e políticos para abordar e responder a todas as formas de violência contra todas as mulheres e raparigas adotados pelas autoridades centrais e locais, incluindo o feminicídio, a violência doméstica, o tráfico e a exploração sexual;*
- *Esforços para melhorar a recolha de dados desagregados relacionados e a sua utilização para orientar reformas legislativas e políticas;*
- *Violência contra mulheres e raparigas indígenas;*
- *Violência contra defensores dos direitos humanos e organizações de mulheres que defendem os direitos humanos;*
- *Violência contra mulheres e raparigas lésbicas, bissexuais, **trans** ou intersexuais (LBTI);*
- *A violência contra mulheres e raparigas que possam ser cidadãs brasileiras, apátridas, refugiadas, requerentes de asilo ou migrantes, incluindo a exploração sexual e o tráfico de mulheres e raparigas;*

²⁴ <https://4w.pub/leaked-audio-reveals-reem-alsalem-2023-brazil-visit-indefinitely-postponed-due-to-alleged-transphobia/>

²⁵ <https://www.ohchr.org/en/calls-for-input/2023/call-inputs-country-visit-brazil>



- *A relação entre as alterações climáticas, a degradação ambiental, a mitigação e resposta aos riscos de catástrofes e a violência de género contra mulheres e raparigas;*
- *Estereótipos e preconceitos de género nos processos judiciais, particularmente em casos de violência doméstica e sexual e de custódia de menores, incluindo a referência à pseudo-teoria da «alienação parental»;*
- *A violência contra as mulheres na política e os esforços empreendidos para melhorar a participação segura e igualitária das mulheres na política;*
- *A saúde e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e das raparigas, incluindo **o aborto**;*
- *Coordenação de serviços essenciais, incluindo abrigos, centros de atendimento único, ordens de proteção e outros serviços integrados para mulheres e raparigas vítimas de **violência de género**;*
- *Capacidade das diferentes instituições para prevenir, detetar, monitorizar e responder a situações de violência contra mulheres e raparigas, incluindo iniciativas de reforço de capacidades.*
- ***A violência baseada no género** sofrida por mulheres e raparigas nos centros urbanos.*

A MATRIA apresentou uma queixa formal ao governo sobre a perseguição sofrida pela Sra. Alsalem no nosso país²⁶, tanto ao Gabinete do Chefe de Gabinete do Presidente (sem resposta) como ao Ministério Público Federal (arquivada sem seguimento).

Nos anos seguintes, tanto a MATRIA como outros grupos de mulheres solicitaram repetida e consistentemente ao governo brasileiro que remarcasse a visita oficial de Reem Alsalem ao país, através de canais oficiais²⁷ (2023, 2024), pedidos diretos à então Ministra da Mulher, Cida Gonçalves²⁸ (2024), cartas conjuntas de vários grupos²⁹, carta aberta ao presidente Lula³⁰ (2025) e reunião presencial com a atual Ministra da Mulher, Márcia Lopes³¹ (2025). Nesta última reunião, a resposta da Ministra à nossa exigência de que a Sra. Alsalem fosse convidada para uma visita oficial foi que «ninguém a está a impedir de entrar no país». Interpretando isto como a recusa que de facto foi, a MATRIA decidiu contactar formalmente a Relatora Especial sobre a possibilidade de ela visitar o Brasil em qualquer outra qualidade.

²⁶ <https://associacaomatria.com/denuncia-sobre-a-perseguiçao-politica-contrareem-alsalem/>

²⁷ <https://buscalai.cgu.gov.br/busca/6407604>

²⁸ <https://associacaomatria.com/matria-entrega-carta-para-ministra-aparecida-goncalves/>

²⁹ https://www.instagram.com/p/DL2u85PRz_U/?img_index=7

³⁰ <https://associacaomatria.com/carta-aberta-pela-mudanca-de-gestao-no-ministerio-das-mulheres/>

³¹ <https://www.instagram.com/p/DNWljyGlcail/>



Em janeiro de 2026, tivemos o prazer de receber uma resposta positiva da Sra. Alsalem, informando-nos das suas próximas visitas ao México e à Colômbia em fevereiro e afirmando que também poderia vir ao Brasil nesta mesma viagem, tendo em conta que foi convidada tanto pela Universidade Federal de Brasília como pela MATRIA (ANEXO 2) para palestras públicas.

O «Resumo técnico» da ONU Mulheres tenta estabelecer ligações entre a Sra. Reem Alsalem e alguns acontecimentos políticos no Brasil, onde estas não existem.

Afirma, por exemplo, que a divulgação do discurso acima referido pela assessora do Ministério da Mulher «se transformou numa campanha digital sustentada dirigida ao Ministério da Mulher. Os canais das redes sociais do Ministério tornaram-se cada vez mais pontos focais de uma ação coordenada por parte de grupos que contestam a definição de “mulheres” nos espaços digitais, uma dinâmica que persistiu nas semanas e meses seguintes ao incidente e que continua até hoje.» Esta campanha, mencionada pela Sra. Aquino no próprio áudio divulgado, teve início em janeiro de 2023³² (ou seja, mais de um ano antes das divulgações), como resposta à primeira publicação oficial da Ministra da Mulher sobre uma reunião da sociedade civil com a ANTRA, um grupo transativista composto exclusivamente por indivíduos de sexo masculino. A continuação da campanha nas redes sociais, solicitando frequentemente à Secretaria de Estado da Mulher uma definição de «mulher», indica a existência de um grande número de mulheres que discordam de uma definição de «mulher» baseada na ideia de «identidade de género». Por outro lado, tal não tem qualquer ligação com a Relatora Especial.

Da mesma forma, o comunicado da ONU Mulheres tenta associar a Sra. Alsalem à convocação oficial da Ministra da Mulher para comparecer perante uma comissão da Câmara dos Deputados. Embora isto tenha sido, de facto, resultado da divulgação do mesmo áudio pela Sra. Aquino, nenhum dos links fornecidos no comunicado³³ se refere à Relatora Especial, uma vez que o interesse dos deputados residia noutra parte do áudio, onde a Sra. Aquino afirma que, embora o Ministério se recuse a responder aos pedidos de acesso à informação sobre a definição de «mulher», considera que «as mulheres trans são mulheres». Não há uma única menção à Sra. Alsalem ou à sua visita nos trabalhos do Congresso ou na cobertura mediática que o rodeou.

Referindo-se às situações acima mencionadas, o relatório conclui que «em conjunto, estes

³² <https://buscalai.cgu.gov.br/busca/5287931> - É possível encontrar cerca de 100 pedidos de acesso à informação semelhantes, solicitando ao Ministério da Mulher a definição de «mulher» com que trabalham, algo a que se recusaram a responder formalmente.

³³ Links mencionados no «Technical Briefing» como supostamente comprovando uma ligação entre a Sra. Alsalem e a convocação da Ministra da Mulher à Câmara dos Deputados: <https://odebateon.com.br/deputados-querem-que-ministra-de-lula-explique-frase-mulher-trans-e-mulher-sim/>
<https://www.youtube.com/live/07oaq0CiTJw?is=FzDMkYVxmP06A7rs> (o resumo indica «ver minuto 55’50»)
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2416957&filename=REQ%204/2024%20CMULHER



desenvolvimentos contribuíram para uma maior sensibilidade institucional em torno do mandato e do seu envolvimento no Brasil e podem ter gerado desconforto entre as autoridades nacionais, em particular no que diz respeito às modalidades de interação com a titular do mandato».

Não é claro como o relatório chegou a esta conclusão, uma vez que as únicas circunstâncias factuais que descreve em torno da Relatora Especial apontam para um boicote da sua visita oficial de 2023 por parte do governo devido a «preocupações relativas às posições da Relatora sobre género e, em particular, identidade de género» e ao seu tweet subsequente³⁴ a solicitar à Missão Permanente do Brasil em Genebra que esclarecesse a situação.

O que é claro, porém, é o esforço do documento para minimizar um movimento independente de mulheres em expansão que se opõe à visão dos autores sobre a identidade de género.

RELATO DA VISITA ACADÉMICA AO BRASIL

Mesmo antes da chegada da Sra. Alsalem ao Brasil, havia muita desinformação sobre ela a ser divulgada por grupos transativistas, como a ANTRA, a Sexuality Policy Watch (SPW) e a NuH/UFGM (ANEXO 3), cujo objetivo era boicotar a visita da Relatora Especial sobre a Violência contra as Mulheres. Esses três atores trabalham frequentemente em conjunto para tentar desacreditar qualquer pessoa que critique as ideias defendidas pelo ativismo trans³⁵ e têm vindo a atacar Reem Alsalem há anos³⁶, deturpando as suas posições³⁷.

Um dos documentos acima referidos, que circulava em grupos do WhatsApp antes da visita do Relator Especial, não apresentava qualquer indicação de autoria (o outro estava assinado pela Antra, SPW e NuH). Uma análise dos metadados incorporados no documento, utilizando as propriedades do documento do Microsoft Word, identifica «Marco Prado» como o autor original (Criador) do documento. Marco Aurélio Máximo Prado faz parte da NuH/UFGM e colabora frequentemente com a SPW.

³⁴ <https://x.com/unsrvaw/status/1788282794780577991?s=48>

³⁵ <https://sxpolitics.org/ptbr/biblioteca-spw/publicacoes/fronteiras-borradas-resumo-em-portugues/29128>
<https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/10/dossie-matria-final.pdf>

³⁶ <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>
<https://sxpolitics.org/spw-library/round-up-sexual-politics-around-the-world/sexual-politics-from-july-to-november-2023/31969/>

³⁷ Bruna Benevides é a presidente da ANTRA: <https://catarinas.info/colunas/relatora-da-onu-associa-identidades-trans-a-crimes-contra-a-humanidade/>



A ANTRA também enviou uma carta à Relatora Especial durante a sua visita³⁸, à qual Reem Alsalem respondeu exaustivamente³⁹. O documento da ONU Mulheres não aborda nada do que consta na resposta de sete páginas.

Devido à pressão acima referida por parte de ativistas trans, alguns dos compromissos da Relatora Especial sobre a Violência contra as Mulheres também foram cancelados:

- A palestra ministrada na Universidade de Brasília deveria ter sido a palestra inaugural do Departamento de Psicologia para o primeiro semestre de 2026⁴⁰, tendo sido rebaixada a uma simples palestra após boicotes por parte de grupos de ativistas trans.
- A SR VAW deveria, inicialmente, participar numa audiência pública na Comissão Mista Permanente de Combate à Violência contra as Mulheres, uma comissão composta tanto pela Câmara dos Deputados como pelo Senado. A proposta deveria ser votada numa reunião que foi cancelada⁴¹ e, devido à pressão dos ativistas trans, acabou por ser apresentada na reunião seguinte. Esta era, naturalmente, a comissão mais adequada para uma audiência pública com a Relatora Especial na semana anterior ao Dia Internacional da Mulher. Devido a este boicote, a Sra. Alsalem foi então convidada para uma audiência pública na Comissão dos Direitos Humanos.

Devido ao contexto já apresentado neste documento, o grupo «Mães na Luta», formado por mães vítimas da Lei da Alienação Parental, tomou a iniciativa de estabelecer a maioria dos contactos que resultaram em reuniões institucionais, uma vez que a Sra. Alsalem é uma forte defensora da revogação da lei.

São Paulo (1 de março)

³⁸ <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2026/03/pr-br-carta-antra-a-relatora-reem-alsalem-2marco-2026.pdf>

³⁹ <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/issues/women/sr/activities/2026-05-11-statement-response-antra.pdf>

⁴⁰ A página já não está online, mas existe um registo da mesma:

<https://drive.google.com/file/d/15KHAJiPH8tPkvMgsjg9k57j9c4lOw7lt/view?usp=sharing>

⁴¹ <https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/172643>



O primeiro compromisso oficial da Relatora Especial no país, a 1 de março, foi a palestra pública organizada pela MATRIA, sobre «Formas Contemporâneas de Violência contra as Mulheres no Brasil». Nesse mesmo dia, a Sra. Alsalem teve reuniões com os seguintes grupos de mulheres:

1. **10h - Projeto Despertar⁴²** : ONG dedicada à proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual, o aliciamento e o tráfico.
Ordem de trabalhos: Interligações entre o tráfico sexual de crianças, a produção de CSAM e o casamento infantil como mecanismo para ocultar abusos: apresentação de uma análise técnica da relação estrutural entre o tráfico sexual de crianças, a produção de CSAM (material de abuso sexual infantil) e as lacunas legais e regulamentares que contribuem para a invisibilidade da exploração, com especial ênfase na necessidade de educação preventiva nas escolas.
Representada pela sua diretora, Karla Reina.
2. **11h – Mulheres da Luz⁴³** : ONG criada por uma sobrevivente da prostituição, que trabalha com mulheres prostituídas do bairro da Luz, em São Paulo.
Ordem de trabalhos: Debater a situação das mulheres mais velhas envolvidas na prostituição de rua e a necessidade de políticas públicas para proteger os seus direitos, abordar as suas vulnerabilidades e proporcionar vias de apoio e oportunidades de saída.
Representada por voluntárias do grupo (Laís dos Santos Pereira, Marcia Veronica Assunção Ferrari, Letícia Sayuri Danno) e também por mulheres idosas que foram prostitutas (Maria de Cassia Gomes Moreira, Ana Eulália de Oliveira).
3. **12h - Mães na Luta⁴⁴** : grupo de mães vítimas da Lei da Alienação Parental.
Ordem de trabalhos: Violência de género institucional e falta de responsabilização no sistema judicial brasileiro.
Representadas pela sua diretora Andrea van Caspen e por inúmeras associadas, mães que atualmente não têm a guarda dos seus filhos ou, tragicamente, cujos filhos foram assassinados pelo ex-parceiro, após os tribunais terem invertido a guarda (Jane Silva Luma⁴⁵)⁴⁶.
4. **13h - Sangra Coletiva⁴⁷** : coletivo de base formado por mulheres sobreviventes de violência sexual, focado na luta contra a pedofilia.
Ordem de trabalhos: Denúncia ao Estado brasileiro por promover políticas públicas que facilitam a pedofilia. A discussão centra-se na exploração sexual infantil através de

⁴² <https://projetodespertar.org.br/>

⁴³ <https://www.mulheresdaluz.com.br/>

⁴⁴ <https://www.maesnaluta.org.br/>

⁴⁵ <https://www.instagram.com/justicalucasemariah/>

⁴⁶ https://www.instagram.com/p/DVqpKCgkd6Y/?igsh=bG9lbnU5dGYwanJu&img_index=3

⁴⁷ <https://www.instagram.com/sangracoletiva/>



medidas legislativas e na forma como o poder judicial falha na aplicação das leis destinadas a proteger e beneficiar as sobreviventes.

Representado pelas suas integrantes Bruna Luiza Marques, Natacha Orestes, Beatriz Rodrigues e Isabella Vilela.⁴⁸

5. **14h – Aliança LGB⁴⁹ , Levante contra o lesbocídio⁵⁰ , Movimento Lésbico de São Paulo⁵¹** : grupos lésbicos que abordam diversas questões:

Ordem de trabalhos da reunião da Aliança LGB: Relatório sobre a censura e a perseguição institucional contra mulheres lésbicas críticas em relação ao género e a omissão do Estado face aos lesbocídios.

Representada pela sua diretora Mariele Gomes e pela membro Daniela Rosa.

Ordem do dia da reunião do Levante contra o lesbocídio: Relatório sobre o caso de Ana Caroline⁵² e o precedente estabelecido pela condenação do assassino com o feminicídio como circunstância agravante.

Representada por Thais de Vasconcellos Mattos.

Ordem do dia da reunião do Movimento Lésbico de São Paulo: Desafios da construção de políticas públicas específicas para lésbicas.

Representado por uma mulher lésbica negra que não deseja ser identificada, por receio de perseguição.

6. **15h – AMIOR⁵³** : grupo de mulheres indígenas.

Ordem de trabalhos: Denuncia a violência contra as mulheres e raparigas indígenas nas suas formas específicas, tais como a expulsão dos seus territórios, a violência obstétrica e institucional, a « » e a omissão das autoridades estatais quando os acusados são indígenas, sob o pretexto de que a violência contra as mulheres seria um aspeto cultural indígena, o que não é verdade.

Representado pela sua diretora, Amaue Jacintho, e pelas membros Marcia Pires de Lima e Natacha Oreste.⁵⁴

Às 17h, Reem Alsalem proferiu a sua palestra pública perante 110 participantes (auditório lotado).

Brasília (2 a 6 de março)

⁴⁸ <https://www.instagram.com/reels/DVWYX4nkSmW/>

⁴⁹ <https://www.instagram.com/aliancalgb/>

⁵⁰ <https://www.instagram.com/contraolesbocidio/>

⁵¹ <https://www.instagram.com/caminhadalesbi.sp/>

⁵² <https://www.instagram.com/p/DQrc76OjBgM/>

⁵³ https://www.instagram.com/amior_pr/

⁵⁴ <https://www.instagram.com/p/DVo-NOjkc2t/?igsh=MW1zN2NzcTJjMnd1>



Em Brasília, a Sra. Reem Alsalem teve os seguintes compromissos oficiais:

2 de março

16h – reunião com a juíza Cármen Lúcia⁵⁵, a única mulher no Supremo Tribunal do país. Ordem de trabalhos da reunião: Diálogo sobre a violência de gênero institucional no sistema judicial.

3 de março

9h – palestra pública na Universidade Federal de Brasília (UnB), moderada pela Professora Doutora Valeska Zanello⁵⁶, investigadora do Departamento de Psicologia da UnB na área da Saúde Mental e Gênero e autora feminista. Tema da palestra: «Tendências nas manifestações de violência contra mulheres e raparigas».

4 de março

10h – Encontros com a sociedade civil organizados pelo grupo Mães na Luta⁵⁷ sobre a violência de gênero institucional e a falta de responsabilização no sistema de justiça brasileiro.

12h – Encontro com uma agente penitenciária que trabalha atualmente na prisão feminina de Colmeia, em Brasília, onde estão detidos quase 100 indivíduos do sexo masculino. Ela prefere manter o anonimato, por razões de segurança.

17h30 - Encontro com o Provedor de Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

5 de março

Audição pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado⁵⁸: «Debate sobre as políticas públicas de proteção das mulheres e das raparigas e o fortalecimento das famílias como elemento essencial da prevenção da violência».

A partir desta audiência pública, o resumo destaca o seguinte, do discurso da Sra. Alsalem:

Também apoio plenamente a sua recomendação, Cristiane. Se a dimensão do abuso sexual e da violência contra as raparigas é tão grande, talvez seja um bom momento para realizar um inquérito independente sobre esta questão. Muitos

⁵⁵ <https://noticias.stf.jus.br/event/audiencia-com-a-relatora-especial-da-onu-sobre-violencia-contras-mulheres-e-meninas-sra-reem-alsalem/>

⁵⁶ <https://www.instagram.com/zanellovaeska>

⁵⁷ https://www.instagram.com/p/DVqpKCgkd6Y/?igsh=bG9lbnU5dGYwanJu&img_index=4

⁵⁸ <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=37732>



países em todo o mundo estão a fazê-lo. Cito a Irlanda, a Alemanha, a França, o Canadá, a Nova Zelândia, a Bélgica, a Inglaterra e o País de Gales, e a Austrália. Todos eles deram um primeiro passo ao realizar inquéritos para apurar por que razão temos este problema e o que é necessário fazer. Sei que o Brasil realizou uma investigação deste tipo na década de 1990, pelo que talvez agora seja um bom momento para repetir o processo.

Segundo os autores, «se for levada a cabo pela Comissão de Direitos Humanos presidida pela senadora Damares Alves, uma investigação poderá tornar-se uma plataforma contra a integração da perspetiva de género e contrariar os esforços para enquadrar as políticas públicas sobre igualdade de género e direitos humanos de forma abrangente e substantiva». A inferência fica por explicar, uma vez que o documento informativo não articula o raciocínio que liga a declaração da Sra. Alsalem à conclusão de que uma investigação prejudicaria as políticas de igualdade de género ou de direitos humanos.

Em vez de se centrar no conteúdo da Relatora Especial sobre a Violência contra as Mulheres, o documento limit-se a recorrer à falácia da «culpa por associação», descrevendo os perfis das opiniões dos outros participantes na audiência pública.

6 de março

11h – Conselho da Justiça Federal: reunião com responsáveis do Supremo Tribunal de Justiça.

14h30 – Ministério da Justiça e da Segurança Pública: reunião com o diretor do Sistema Unificado de Segurança (Secretaria Nacional de Segurança Pública).

Embora o briefing da ONU Mulheres afirme que a Relatora Especial «interagiu extensivamente com os meios de comunicação social, concedendo entrevistas», ela concedeu exatamente quatro entrevistas enquanto esteve no Brasil⁵⁹, duas das quais a jornalistas que solicitaram entrevistas improvisadas após os seus eventos públicos, sendo um deles um repórter que se identifica como trans⁶⁰, que posteriormente deturpou grande parte do que ela disse⁶¹. Isto leva também a outra observação: enquanto esteve no Brasil, a Sra. Alsalem interagiu com todos os

⁵⁹ O Antagonista: <https://www.youtube.com/watch?v=WDUXnozletM>
Correio Braziliense: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2026/03/7369151-reem-alsalem-nao-estamos-fazendo-o-suficiente-para-proteger-as-mulheres.html>
Poder 360: <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/relatora-da-onu-questiona-politicas-de-autoidentificacao-de-genero/>

⁶⁰ <https://azmina.com.br/reportagens/relatora-onu-defende-transfobia-brasil/>

⁶¹ É importante salientar que a viagem deste repórter a Brasília para entrevistar a Sra. Alsalem foi financiada pela SPW, tal como indicado no final do artigo acima mencionado.



intervenientes que a contactaram, como foi o caso deste repórter. Nenhum grupo ativista trans a contactou.

Por outro lado, os movimentos de mulheres tentaram organizar encontros entre a Relatora Especial e outros intervenientes, que se recusaram a falar com ela, como foi o caso do Colaboratório Com Elas pelo Fim do Feminicídio no Distrito Federal (Fiocruz), que, devido à pressão dos ativistas trans, voltou atrás no convite inicialmente feito à Relatora Especial. A reunião teria sido uma oportunidade para os mais de 70 grupos dos movimentos feministas e sociais se encontrarem com a Relatora Especial sobre a Violência contra as Mulheres.

É, portanto, desonesto sugerir o seguinte, como faz o relatório:

A informação disponível sugere que o envolvimento com uma diversidade de partes interessadas da sociedade civil, incluindo organizações feministas tradicionais, de mulheres negras, de direitos humanos e LGBTQIA+, pode ter sido limitado. Isto pode refletir uma lógica de convite seletivo, levantada como motivo de preocupação por algumas partes interessadas.

Há aqui um padrão que se destaca: os atores que discordam da Relatora Especial sobre a Violência contra as Mulheres recusam-se sistematicamente a interagir com ela e, em seguida, alegam que ela não se reúne com eles, tendo assim uma visão supostamente distorcida da situação, tal como acontece no documento informativo.

DESENVOLVIMENTOS DECORRENTES DA VISITA AO BRASIL

Quanto aos supostos impactos da visita da Relatora Especial ao Brasil, é ridículo associar a viagem da Sra. Alsalem à rejeição da nomeação da política transgénero Erika Hilton para a presidência da Comissão de Mulheres na Câmara dos Deputados. As opiniões negativas relativamente a esta nomeação foram generalizadas, em todos os quadrantes do espectro político. De acordo com uma sondagem de opinião realizada pela Realtime Big Data⁶², 84% da população brasileira opõe-se à ocupação da Comissão da Mulher por Hilton. Entre as mulheres, esta rejeição atingiu os 88%. Uma segunda sondagem, realizada pela Poderdata⁶³, revelou que, tanto entre quem aprova o governo de esquerda de Lula como entre quem o desaprova, 74% discordavam da presença de Hilton na Comissão da Mulher. Tendo em conta que a grande maioria da população nunca ouviu falar nem da Sra. Alsalem nem do movimento feminista que luta pelos direitos baseados no género, é seguro afirmar que esses números refletem o conhecimento intrínseco da população de que ser mulher não é uma identidade autodeclarada que um homem possa assumir.

⁶² <https://drive.google.com/file/d/1TXucFA9XRUgu2oZ61bYn02trF9v2SnEK/view?usp=sharing>

⁶³ <https://www.poder360.com.br/brasil/74-discordam-de-erika-hilton-no-comando-da-comissao-da-mulher/>



Mais uma vez, o que supostamente indica que «as referências às posições da Relatora Especial foram mobilizadas em debates relacionados com a participação trans em quadros de políticas públicas, políticas de ação afirmativa e representação política» é um boletim informativo da Sexual Policy Watch⁶⁴, que não apresenta uma única prova disso.

CONCLUSÕES

O Brasil, tal como o resto da América Latina, possui um movimento de mulheres independente e de base em pleno crescimento. Este movimento tem vindo a lutar contra a supressão do sexo como marcador relevante para as leis e políticas públicas relativas às mulheres desde antes de a Sra. Alsalem se tornar Relatora Especial sobre a Violência contra as Mulheres. E continuará a fazê-lo assim que o seu mandato terminar. Os acontecimentos mencionados no resumo relativos à oposição a políticas para as mulheres baseadas na identidade de género são prova da seriedade deste ativismo, e não de qualquer uso indevido de um mandato da ONU por parte da Sra. Alsalem, como sugere o documento distribuído pela ONU Mulheres. Todas as reuniões realizadas por Reem Alsalem, todas as entrevistas ou discursos públicos no Brasil foram conduzidos de forma consistente com os valores subjacentes ao seu mandato, ou seja, a proteção dos direitos das mulheres e das raparigas.

O documento da ONU Mulheres termina apelando à renovação urgente da «coordenação feminista e democrática a nível regional e global» como resposta às posições da Sra. Alsalem e das mulheres brasileiras que com ela concordam, que os autores consideram estar a «promover a polarização». A falta de autoconsciência refletida nesta conclusão é preocupante. São precisamente atitudes como as que a ONU Mulheres tem vindo a demonstrar — excluindo perspetivas feministas dissidentes e caracterizando o desacordo legítimo como inerentemente prejudicial ou contrário aos direitos — que são antidemocráticas e que têm alimentado, em vez de reduzir, a polarização.

MATRIA - Mulheres Associadas, Mães e Trabalhadoras do Brasil

⁶⁴ <https://sxpolitics.org/ptbr/biblioteca-spw/boletim-da-politica-sexual/boletim-politicas-trans-3-ofensivas-e-resistencias/29046>